



## **Sindicato Nacional dos Professores Licenciados pelos Politécnicos e Universidades**

### **Receita do FMI destruiria a Educação Pública em Portugal**

O SPLIU contesta veementemente as medidas preconizadas pelo FMI para a redução de 4.000 milhões de euros na despesa do Estado, fundamentalmente, no que se refere à área da Educação, onde é sugerido, de uma forma absolutamente despidorada, o despedimento de cerca de 14.000 professores, e a passagem de 30 a 50.000 docentes vinculados ao sistema educativo para regime de mobilidade especial, tentando-se visar dessa forma, uma “poupança” entre 430 e 710 milhões de euros por ano.

A concretizarem-se, tais medidas significariam a destruição da Educação Pública em Portugal, devendo o Governo assumir a responsabilidade política, social, económica e cultural, da falência do sistema educativo de um país europeu que se deseja desenvolvido e evoluído, mas que cada vez mais se aproxima dos padrões educativos de países do terceiro mundo.

O SPLIU considera o conjunto de medidas veiculadas para a área da Educação no relatório do FMI, como uma autêntica monstruosidade, atentatória dos mais elementares direitos constitucionais dos cidadãos portugueses.

Numa altura em que se esticou a corda ao limite no que se refere ao orçamento para a área da Educação, cortar ainda mais, nomeadamente, através da redução do número de professores, constituirá uma missão impossível, a não ser que se assuma a insustentabilidade do sistema educativo, e do funcionamento das Escolas.

O SPLIU considera ainda eminentemente ofensivas as referências que se fazem no Relatório do FMI aos apelidados “privilégios” dos professores, uma das mais maltratadas e prejudicadas classes profissionais da Administração Pública nos últimos tempos. Já o FMI indagou qual é a classe profissional que mais custeia directamente o exercício da sua própria actividade profissional? Já o FMI pesquisou qual é a classe profissional que mais despesas realiza nas deslocações para o seu local de trabalho? Já o FMI investigou quantas horas semanais de trabalho os professores de facto realizam no exercício da sua actividade profissional? Já o FMI apurou quais são as famílias mais desestruturadas em Portugal pelas ausências prolongadas de um dos elementos nucleares da mesma?

O SPLIU é manifestamente contra a redução do número de professores actualmente em funções nas escolas públicas, assim como é contra toda e qualquer medida que passe pela possibilidade de redução de salários, exigindo em simultâneo ao Governo, respeito e consideração pela nobre profissão de educar e formar as gerações futuras.

Exige-se ao Estado que assuma as suas responsabilidades, de assegurar uma Educação Pública para TODOS, com qualidade, e, para que tal seja possível, são necessários recursos, designadamente, professores motivados e empenhados em garantirem o sucesso educativo e evitem o abandono escolar.

Caso o Governo venha a adoptar esta receita do FMI para a área da Educação, mais do que nunca, importará manifestarmos a nossa indignação e lutarmos energicamente contra este estado de coisas.

A Direcção Nacional